

CONSTITUINTE

# Impasse sobre o sistema de governo

por Cecília Pires de Brasília  
A tese de uma negociação em torno do sistema parlamentarista de governo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney, colocada nas inúmeras conversas que o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, promoveu ao longo deste final de semana, está esbarrando na resistência de lideranças tanto do grupo parlamentarista quanto do grupo presidencialista. Com números e teses diferentes, os dois lados querem medir forças no voto, e apostam na vitória de suas respectivas teses.

"Esta não é mais a hora de entendimentos, é hora de votar logo o sistema de governo", afirmou o senador José Richa (PMDB-PR), um dos principais coordenadores do parlamentarismo na Constituinte, ao sair do gabinete de Ulysses, ontem à tarde. Como fez com as principais lideranças parlamentaristas de seu partido, Ulysses chamou Richa para consultá-lo. "Sou contra uma negociação envolvendo o sistema de governo e mandato do presidente Sarney. Isto poderia parecer uma barganha. Agora é tarde para uma negociação com o Palácio do Planalto."

Três lideranças presidencialistas saíram ontem

do Palácio do Planalto, depois de conversar com o presidente Sarney, batendo na mesma tecla. Sarney conversou com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço. "Não tem acordo", afirmou à tarde, Carlos Sant'Anna. "Os grupos parlamentarista e presidencialista só estão conversando entre si, não estão negociando um com o outro", afirmou Sant'Anna. O deputado José Lourenço disse ter reafirmado a Sarney a certeza de que o presidencialismo vence em plenário e descartou a hipótese de acordo.

"Revelei ao presidente as contas em nossa banca. O PFL tem de 100 a 102 votos presidencialistas e quase o mesmo número de parlamentares que votarão nos cinco anos de mandato", afirmou Lourenço. O líder do PFL na Câmara ainda colocou em dúvida os números apresentados pelo PMDB que votariam no presidencialismo. Enquanto Richa afirmava que os presidencialistas no partido não passariam de 70, José Lourenço dizia que 120 semedebistas votariam no presidencialismo.

No final de semana, representantes do grupo parlamentarista do PMDB, liderados pelo senador Mário Covas, encontraram-se

com Ulysses Guimarães. Segundo um dos presentes, Ulysses disse a eles que tinha dois caminhos. Um deles, seria incorporar-se à tese do parlamentarismo, com cinco anos de mandato, se esta tese, conforme ouviu na Constituinte, tivesse apoio da maioria. Caso contrário, ele se reservaria o direito de permanecer apenas como coordenador do processo.

Os senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Nelson Carneiro, e os deputados Pimenta da Veiga, Nelson Jobim, Virgildáσιο de Senna e Arthur da Távola reafirmaram que manteriam suas posições em favor de parlamentarismo e um mandato de quatro anos. Apenas o deputado Egidio Ferreira Lima mostrou-se aberto à tese que Ulysses apresentou ao grupo.

Segundo o deputado Pimenta da Veiga, Ulysses ainda poderá esbarrar na resistência dos governadores, nas consultas que vem fazendo em torno de uma possível negociação que envolva o mandato do presidente José Sarney. "Os governadores da Bahia, Waldir Pires; de Pernambuco, Miguel Arraes; e do Rio de Janeiro, Moreira Franco, defendem quatro anos de mandato para o presidente Sarney."

Além de Moreira Franco, que veio a Brasília no fim de semana, Ulysses rece-

## A liberdade para os estados

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Em 1947, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, contrariando a Constituição elaborada menos de um ano antes, introduz no estado o parlamentarismo. Mesmo aprovado, o sistema sequer chegou a vigorar. O então governador Walter Jobim recorreu ao Supremo Tribunal Federal que decidiu ser impossível a implantação desse sistema, porque a Assembléia Constituinte havia optado pelo presidencialismo, a nível federal.

Esse episódio dificilmente se repetirá ao término dos trabalhos da atual Assembléia Constituinte. Se aprovado o presidencialismo não há motivação pelos políticos em modificar o sistema em seus estados. Caso a Constituinte opte pelo parlamentarismo, será facultado aos estados a adoção desse sistema.

É isto que está previsto nas disposições transitórias do projeto constitucional, elaborado pela Comissão de Sistematização, na hipótese de ser aprovada a emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que introduz esse sistema.

Porém, se as assembleias legislativas quiserem se adaptar ao parlamentarismo, só poderão fazê-lo para os próximos governos. No âmbito federal não está prevista esta restrição.

O parlamentarismo estadual não difere muito do federal, explicou o deputado Geraldo Alckmin (PMDB-SP). Em vez de um primeiro-ministro, o governador indica o primeiro-secretário, a ser aprovado pela Assembléia Legislativa, e a ele compete a chefia do gabinete, composto por outros secretários.

Também caberá às Assembleias, que serão necessariamente Constituintes, uma vez que terão poderes para elaborar as Constituições Estaduais, fixar as atribuições e responsabilidades dos governadores e a composição e atribuições do governo.

Para Alckmin, o parlamentarismo só deve ser implantado nos estados depois que estiver consolidado a nível federal.

## Aposentadoria para homens aos 30 anos e para as mulheres aos 25

por Ana Cristina Magalhães de Brasília  
Os servidores públicos poderão aposentar-se voluntariamente aos 65 anos, se do sexo masculino, e aos 60, se do sexo feminino, proporcionalmente ao tempo de atividade.

A introdução do princípio da aposentadoria voluntária proporcional à idade foi aprovada ontem pela Assembléia Constituinte por 314 votos contra 37 e 18 abstenções.

A fusão de 25 emendas também permitiu inserir mais duas inovações em relação às normas existentes: a aposentadoria proporcional aos 30 anos de serviço para os homens e 25 para as mulheres, e a possibilidade de estender esse benefício para atividades penosas, insalubres ou perigosas, a serem definidas em lei.

Atualmente a Constituição prevê a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço de forma genérica, permitindo-a quando o funcionário contar menos de 35 anos de serviço. As exceções a esse princípio são elaboradas em lei complementar, porém de iniciativa exclusiva do presidente da República. O novo texto deixa essa tarefa para o Congresso Nacional.

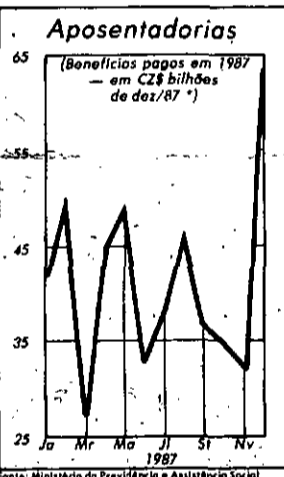
Foi mantida a aposenta-

doria com proventos integrais, por invalidez, compulsória aos 70 anos e voluntariamente aos 35 anos de serviço para o homem e 30 para a mulher.

Também não foi alterada a regra para o magistério. Os professores poderão aposentar-se aos 30 anos de efetivo exercício da função e as professoras aos 25 anos.

Para os funcionários públicos ainda foram assegurados salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno, salário-família aos dependentes, jornada de 44

horas semanais, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, pagamento de horas extras no mínimo 50% acima do normal, férias anuais remuneradas em pelo menos um terço a mais que o salário normal, licença à gestante de 120 dias, adicional de remuneração para as atividades insalubres, perigosas ou penosas, a serem definidas em lei, e proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade, cor ou estado civil. No quadro abaixo e no gráfico, o crescimento das despesas da União com aposentadorias.



	Em C\$ Milhões			
	1986 Valor	Composic. (%)	1987 Valor	Composic. (%)
<b>FONTES</b>				
Arrecadação de Contribuições	197.866	100,00	630.880	100,00
Receitas Financeiras	181.554	91,76	508.295	80,57
Contribuições da União	5.530	2,80	110.011	17,44
Outras Fontes	7.678	3,88	5.364	0,85
	3.084	1,56	7.210	1,14
<b>USOS</b>				
INPS — (Seguro Social)	197.866	100,00	630.880	100,00
INAMPS — (Assistência Médica)	129.462	65,43	327.321	51,88
IAPAS — (Adm. Financeira)	46.589	23,55	231.536	36,70
LBA e FUNABEM — (Assist. Social)	5.328	2,69	25.094	3,98
DATAPREV	3.436	1,74	32.227	5,27
(—) Transferências SINPAS/DATAPREV	896	0,45	5.662	0,90
Superavit de Caixa	(1.039)	(0,53)	(5.894)	(0,93)
	13.194	6,67	13.934	2,21

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social. Inferior: IPC

## Ulysses negocia com Sarney

por Zanoni Antunes de Brasília

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que deverá reunir-se hoje com o presidente José Sarney, garantia ontem, após manter várias conversações políticas, que não há um acordo entre os constituintes partidários dos sistemas parlamentarista e presidencialista de governo.

O deputado Ulysses Guimarães — que dedicou o último fim de semana para conversar e tentar resolver o impasse na Constituinte — disse que não poderia revelar o resultado desses encontros, já que ainda continua ouvindo a opinião das principais lideranças.

Esses comentários do presidente da Assembléia Constituinte foram feitos ontem, logo após receber a visita em seu gabinete do senador José Richa (PMDB-PR), adepto do sistema parlamentarista de governo.

Ulysses Guimarães conversou com os jornalistas ao lado do senador. Ele chegou a brincar quando foi provocado a responder se havia alguma fórmula que possibilitasse a solução do impasse. "Não sei a fórmula, mas pergunte para o

## A aposta de José Richa

O senador José Richa (PMDB-PR), um dos líderes do grupo parlamentarista, disse ontem que considera praticamente certa o aprovação da emenda Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que cria o sistema de gabinete. Ontem, em reunião, o grupo contabilizou 293 votos a favor da emenda e decidiu não negociar o sistema de governo com o mandato do presidente José Sarney, por entender que esse questão deve ser examinada somente na votação das disposições transitórias, relatou a Agência Globo.

Segundo o senador, os parlamentaristas não podem negociar outra fórmula de sistema, pois já chegaram ao máximo com a emenda Egidio,

senador José Richa, que sabe mais do que eu."

O presidente da Constituinte negou ainda que uma definição de sua parte por um ou outro sistema de governo possa facilitar o entendimento. "Sou o coordenador e procuro ser imparcial", afirmou.

Ulysses Guimarães (PMDB-SP), disse ao senador Humberto Lucena

que dá atribuições ao presidente da República como, por exemplo, para nomear e demitir o primeiro-ministro, e dissolver a Câmara dos Deputados convocando novas eleições.

Certo de que a emenda de Humberto Lucena será rejeitada, o senador informou que os parlamentaristas vão colocar em votação a emenda Egidio, que obteve 341 assinaturas. Depois de aceite o novo sistema de gabinete, segundo Richa, o grupo tentará aprovar a emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que estabelece o mandato de quatro anos para o presidente da República, com direito a reeleição.

(PMDB-PB) e ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que "é impossível" uma solução negociada para a questão do sistema de governo antes que o tema vá a votação. Ele tentou, sem sucesso, negociar com as facções do PMDB em torno da fórmula parlamentarista com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

beu a visita do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Ao contrário de Arraes e Waldyr Pires, Simon defende cinco anos de mandato para Sarney. Ulysses também recebeu em sua casa, no fim de semana, todos os ministros militares, que se têm declarado favoráveis à tese de cinco anos de mandato e abertos ao regime parlamentarista. O senador José

Richa, que tem um bom trânsito no setor, negou ontem qualquer preocupação com relação à área militar, se a Constituinte decidir por outra fórmula. "Os militares aceitarão qualquer decisão adotada, mesmo se ela for parlamentarismo com três anos e meio de mandato", afirmou, acrescentando que ao contrário de Arraes e Waldyr Pires não oporá resistência à te-

se de cinco anos de mandato para Sarney.

Tranquilo com os encontros que Ulysses Guimarães manteve neste fim de semana com os militares, o senador José Richa afirmava, ontem, que os militares "aceitarão qualquer decisão adotada pela Constituinte. Se der parlamentarismo e três anos e meio de mandato, eles aceitarão", afirmou.

## "O presidente está aberto às negociações"

Apesar de se manter a favor do sistema presidencialista com mandato de cinco anos, o presidente José Sarney está a espera de que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e outras lideranças parlamentaristas, procurem para discutir e negociar o tema.

"O presidente está aberto às negociações. Espera apenas ser procurado pelas lideranças para conversar", revelou, ontem, o líder do governo no Senado, senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), conforme apurou a Agência Globo.

Ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, o presidente Sarney recebeu, isoladamente, os líderes Saldanha Derzi, Carlos Sant'Anna e José Lourenço. As conversas foram em torno do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. De acordo com os líderes, há a con-

tre eles de que a Constituinte deve aprovar o presidencialismo e o mandato de cinco anos.

"Para os cinco anos, é mais tranquilo. Temos mais de trezentos votos. O presidencialismo também passa, mas por uma margem mais apertada", disse Saldanha Derzi.

José Lourenço, líder do PFL na Constituinte, fez uma análise para Sarney um pouco diferente.

"O presidencialismo está assegurado. Terá mais de trezentos votos. Sobre os cinco anos, eu ainda não tenho uma avaliação mais concreta", disse Lourenço.

O líder do PFL assegurou ao presidente da República que o seu rtdo dará de 100 a 110 votos tanto ao presidencialismo quanto ao mandato de cinco anos.

"Mas, se for aprovado o parlamentarismo, vamos exigir eleições gerais", declarou Lourenço.

## "Posição do governo por 5 anos é muito clara"

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem ao deixar o Palácio da Alvorada, onde despachou com o presidente Sarney, que "a posição do governo é clara: cinco anos de mandato para o presidente atual e os demais, e um Congresso forte".

Ele disse, ainda, que o presidente Sarney "está sempre aberto ao entendimento e disposto a conversar; agora, a posição do governo é clara e desde o primeiro momento foi assim fixada e assim se mantém".

Costa Couto negou que esteja sendo articulado um acordo para a aprovação dos cinco anos: "Não sei de nada a esse respeito e jamais o presidente Sarney

mencionou essa hipótese para mim".

Com relação à emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, o ministro disse que "o presidente não discutiu nenhum detalhe em relação às votações previstas para esta e para a próxima semana". Ele informou que o presidente "tem conversado muito com parlamentares" e que naquele momento recebia o líder na Câmara, Carlos Sant'Anna, e, em seguida, receberia o líder no Senado, Saldanha Derzi, mas nada tinha falado sobre sua expectativa em relação à emenda Lucena.

O ministro Costa Couto disse que devido à existência de diversas emendas seria intempestiva qualquer opinião agora.

## Decisão só deve surgir na próxima semana

As dificuldades de entendimento na votação do direito de greve dos servidores públicos (ver página 7) devem adiar para a próxima semana a votação do sistema de governo e do mandato presidencial. Esta previsão está sendo feita por várias lideranças na Constituinte, como o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

"Como prosseguem as votações independente do "Buraco Negro" não há uma relação imediata entre as duas discussões, mas não acredito que, de qualquer forma, se consiga

uma definição sobre sistema ainda nesta semana", disse Fernando Henrique à Agência Globo.

Ainda antes da votação do sistema de governo e da duração do mandato, o plenário definirá assuntos bastante polêmicos e de interesse direto dos parlamentares, como o voto distrital, a duração dos mandatos parlamentares e o tamanho das bancadas proporcional ao número de eleitores, o que reforça a tese de que o confronto entre parlamentaristas e presidencialistas será postergado para a próxima semana.